

**RIOCENTRO, RIO DE JANEIRO, RJ, 23 DE SETEMBRO DE 2002**

*Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador do Mato Grosso; Senhor Governador de Tocantins que, naturalmente, veio aqui para prestigiar o Presidente da Abras, que cito neste momento, José Humberto Pires de Araújo, e que é lá de Tocantins; meus companheiros de Mesa; Senhoras e Senhores,*

Em primeiro lugar, quero, como é natural, agradecer aos organizadores deste encontro e cumprimentá-los pela realização desta magnífica oportunidade para todos nós nos inteirmos mais do que está ocorrendo no Brasil, nessa área.

O dia de hoje tem um significado adicional para mim. Aqui nós vimos, nas palavras finais do José Humberto, a emoção com a qual ele coroou o seu discurso e anunciou que era só o começo de uma série de despedidas. Eu acho que o que nós ouvimos hoje, aqui, nas palavras do José Humberto, é muito significativo.

Eu comentava com o Ministro Sérgio Amaral que, na verdade, estamos todos dentro de uma nova agenda para o Brasil. O que nesta reunião, neste encontro, nós estamos, aqui, assistindo é à assinatura de

uma série de convênios que são a seqüência de outros tantos já feitos de um novo Brasil, um Brasil que se preocupa com a formação do seu pessoal, um Brasil que se preocupa com a inclusão daqueles que estão envolvidos no processo de reforma agrária, para que eles possam ter um destino para a sua produção; um Brasil que tem preocupação com as questões trabalhistas; um Brasil, na verdade, que é democrático e cujos valores democráticos, hoje, de alguma maneira, perpassam todas as nossas atividades.

Algum tempo atrás, num encontro de supermercadistas, estavam muitos Ministros, todos eles assinando convênios que têm um alcance que vai muito além do balcão, muito além da gôndola, muito além dos lucros – por falar em lucro, dizem que sou “supermercadista honorário”; quero minha participação nisso, também (*risos*) –, vai muito além dessas questões que, certamente, são importantes para a manutenção e para a expansão da economia, mas não são o objetivo de um país que quer maior coesão, maior sociabilidade e que tem tarefas tão grandes pela frente.

Pois bem, nós assistimos aqui, no seu discurso, à presença viva de um novo Brasil, uma nova mentalidade, uma mentalidade de solidariedade, uma visão de futuro, uma crença no nosso país.

De modo que eu é que agradeço a sua direção nesses anos à frente da Abras. E tenha certeza de que o afastamento da função de Presidente não vai significar o seu afastamento das preocupações que são suas, que são nossas, de brasileiros, para que nós possamos produzir uma sociedade cada vez melhor para os seus filhos.

Fiquei, realmente, muito satisfeito de poder ter acompanhado esse desenvolvimento do setor de supermercados, uma demonstração do dinamismo da nossa economia, especialmente, num setor que é vital para tudo – para o emprego, para a produtividade, para a nossa inserção no mundo – que é o setor de serviços.

De modo que isso é um bom antídoto para – meu Deus do céu! – tantas críticas infundadas, tantas demonstrações, se me permitem, de ignorância sobre o que acontece, realmente, na economia brasileira, em que a gente assiste, a cada dia, até com certa, eu até diria, pena, de ver

repetir uma série de jargões que não correspondem, em absoluto, aos processos reais pelos quais o Brasil passa.

É claro que, em matéria econômica, é sempre possível apontar problemas. Aliás, a economia é a ciência da escassez. Quem estudou o bê-á-bá da economia sabe disso. Existe economia quando existe escassez, senão não precisa. Não havendo escassez, tem que distribuir recursos. E, para distribuir recursos, começa a necessidade de prioridades, de uma política, etc., etc.

É natural que nós tenhamos, o tempo todo, que discutir problemas que são negativos, que é a escassez, a falta de. Mas, se nós tivéssemos que administrar a abundância, não haveria o que fazer, não haveria problema econômico e não haveria emprego para os economistas. Até acredito que nem mesmo para os políticos.

Bom, é claro que, havendo escassez, nós temos que debater, sempre, qual a melhor política a seguir, qual a forma melhor de organizar recursos e a melhor forma de distribuí-los. Isso é natural, e é bom. É bom que exista esse debate. Ele faz parte da vida democrática.

Mas uma coisa é debater políticas, outra coisa é negar a realidade, é não prestar atenção aos processos, como eles estão se desenvolvendo. Uma coisa é a divergência honesta sobre qual o melhor caminho a seguir, outra coisa é a manipulação de dados, para mostrar que não há caminho, que está tudo indo mal, está tudo piorando.

Quando se vêem os dados, como nós vimos agora, aqui, vê-se que há uma expansão extraordinária do setor de serviços, na área de abastecimento.

Quando começaram os grandes supermercados, todo mundo dizia: “Vai acabar com o pequeno.” Não. Há uma espécie de acoplamento. Existe o grande, o médio, o pequeno. Há uma cadeia produtiva que se articula.

Naturalmente que essa negação de ver a realidade é que não é muito legítima. Pode-se até mesmo divergir, naturalmente, sobre os fatos. É preciso discutir, também: o fato em si mesmo não explica muito coisa. É preciso contextualizá-lo, é preciso verificar se as decisões tomadas foram as melhores, se nós poderíamos ter tomado uma decisão melhor.

Tudo isso é verdadeiro, tudo isso é democrático, tudo isso é legítimo. A única coisa que não ajuda é a cegueira, é quando se põe poeira na frente dos olhos e, pior, quando se põe poeira na frente dos olhos do povo e fica uma sensação de que nós não estamos caminhando.

Acho que hoje, aqui, nós assistimos a uma apresentação muito clara de fatos que mostram que estamos avançando. Essa feira internacional de compradores estrangeiros mostra que nós estamos já numa economia que avançou extraordinariamente na direção da qualidade do serviço e dos seus produtos, porque, se não fosse assim, não haveria interesse em trazer tantos representantes de circuitos comerciais do mundo para se conectarem com o que nós estamos fazendo e produzindo aqui, no Brasil. Claro que isso aconteceu porque, como já disse o Ministro Sérgio Amaral, nós mudamos bastante a qualidade da nossa produção.

Tenho insistido muito nesse ponto. É muito importante, naturalmente, ver qual é o resultado quantitativo, tanto quanto é necessário ver a qualidade do que se produz. Uma coisa é produzir com baixa qualidade, e aí não se tem acesso aos mercados externos e nem tampouco ao mercado interno, que se torna cada vez mais exigente.

Então, para que se possa continuar produzindo e vendendo, é preciso que se produza de outra maneira, e melhor. É preciso que haja controle dessa qualidade, é preciso que haja tecnologia, é preciso que haja, por trás disso, um esforço de pesquisa, é preciso que haja uma transformação muito grande.

E, na verdade, o que nós temos visto é que o Brasil vem caminhando a passos largos nesse sentido, pelo menos desde o momento da estabilidade econômica, desde que foi possível introduzir o Real como um programa de estabilização. E nós vemos que estamos eliminando, progressivamente, os obstáculos ao desenvolvimento e criando um ambiente favorável, não só ao investimento, mas a um modelo de desenvolvimento que seja mais incluyente. Se não fosse mais incluyente, não se poderia explicar como é possível vender tanto, não é possível multiplicar tanto. Aqui se trata não só de produtos de alimentação, mas basicamente é isso. E de outros produtos mais.

Mas há uma certa contradição entre imaginar que se está expandido tanto o acesso aos produtos de alimentação e, ao mesmo tempo, tanta demagogia no sentido de que estamos indo de mal a pior. Não. Vai de mal a pior a cabeça de quem não é capaz de ver a realidade. Essas cabeças vão muito mal. E podem prejudicar o Brasil. Até há quem fale – é verdade que estão esquecendo disso – de um outro modelo. Mas que modelo seria esse? Com obstáculos ao desenvolvimento? Porque o que nós estamos fazendo é tirando os obstáculos ao desenvolvimento. Querem colocar obstáculos ao desenvolvimento? Querem um modelo desfavorável ao investimento? Como cresce, se o modelo não for favorável ao investimento? Querem aumentar a exclusão? Porque nós estamos aumentando a inclusão.

Basta ver os dados sobre a expansão do consumo, e não só de consumo, de alimentação, mas de tudo, de automóveis, de geladeiras, de acesso a serviço de água, acesso a serviço de esgoto. Não há um dado, um só, indicador social de acesso, por parte da população, que não vá na direção da universalização. O mais claro e dinâmico conhecido é a educação.

Na educação, estamos, realmente, atingindo o acesso universal na escola fundamental. Isso significa o quê? Exclusão? Não. Isso é inclusão. Querem um outro modelo? Qual? Que diminua a inclusão? Porque o que nós estamos fazendo é aumentando a inclusão.

Na verdade, nós passamos esses anos todos construindo um modelo mais capaz de oferecer oportunidades aos brasileiros e às brasileiras. Esse ponto é central. Precisamos entender que o que está em marcha no Brasil é um imenso esforço de ampliação de oportunidade, na educação, nas formas de trabalho, no acesso à alimentação, na saúde, enfim, no conjunto, nas comunicações, no acesso à Internet. No acesso à Internet é extraordinário. Recentemente, em Brasília, estive num seminário chamado *e-government*, que é o governo eletrônico.

O que o Brasil oferece hoje em matéria de informação via Internet e de utilização desses meios modernos por parte da população é assombroso. Só no Imposto de Renda, ano passado, foram 90 milhões de consultas via Internet. Sem falar que, dos formulários do Imposto de Renda, 95% ou mais foram entregues por meios eletrônicos. Isso é de

um país que não está avançando no sentido da universalização? É um país que não está avançando no sentido de permitir que haja, por consequência, maior informação por parte da população? Eu não vejo assim.

De modo que nós precisamos, realmente, continuar num caminho nessa direção e, para isso, é fundamental manter a inflação sob controle. Se se imagina um outro modelo no qual a inflação não esteja sob controle, pobre povo, pobre povo, porque quem paga o descontrole da inflação é o mais pobre, é o povo. Só que paga sem saber que está pagando. É o sofrimento diário. E aí é fácil esse tanto de gasto sem nenhum controle, prometer tudo a todo mundo, dizer que vai fazer tudo que é reforma necessária, sem defeito. Aí é fácil. Mas se se faz com responsabilidade, é fundamental manter um trabalho persistente no sentido de a inflação estar controlada, de evitar a destruição que a inflação crônica provoca e, sobretudo, os níveis estratosféricos de inflação a que chegamos no período pré-Real.

Diga-se de passagem, o Ministro Sérgio Amaral mencionou o boi gordo, que foi num período em que se fez um esforço considerável na questão da feitura do Plano Cruzado. Houve uma certa escassez de alimentos. Por quê? Porque não veio o Plano Cruzado acoplado com a abertura da economia, com a possibilidade de importar com mais velocidade. Não é culpa de quem fez o Plano, é do momento. Um país não avança de repente. Não estou criticando ninguém. Eu acho que o Plano Cruzado marcou um avanço importante, um momento importante, mas teve algumas falhas que pudemos corrigir depois, no Plano Real.

Quando nós fomos fazer o Plano Real, naquela época não se chamava Real, chamava-se Plano FHC. Diziam até que era nome de remédio. Por quê? Como não estavam seguros ainda de que o Plano ia dar certo ou não, deram o meu nome. Depois que deu certo, virou Real. Achei ótimo, porque é muito melhor que dê certo e que seja um Plano Real, que tenha esse significado até da expressão de valor de algo ligado com a realidade. Mas, naquela época da feitura do Plano Real, quando ele ainda era FHC, eu ouvia, insistentemente, dois pedidos por parte dos setores políticos – e não só. Um, congelar os preços; outro, botar super-mercadista na cadeia. E isso era a fórmula para o sucesso eleitoral...

Quantos me disseram – eu era Ministro da Fazenda: “Olha, assim não dá, congela tudo, prende um ou dois. É a síndrome do boi gordo. Em vez de prender o boi no pasto, é mais fácil prender aqui no supermercado.” Era essa a mentalidade. Nós esquecemos. O tempo passa e as pessoas esquecem o que era o Brasil há oito anos. Era isso. Era uma visão equivocada dos mecanismos econômicos, visão equivocada dos responsáveis pela alta do custo de vida, sempre pensando que a alta do custo de vida correspondia àquela maquininha que aumentava o preço no supermercado e sempre esquecendo que a maquininha era o produto do destemperamento de governantes que não tinham condições de controlar o gasto público, que não tinham seriedade, que não honravam contratos e que prometiam o que não era possível ser alcançado.

Isso não pode voltar, isso não vai voltar, porque hoje o País tem consciência desses problemas. Agora e no ano passado, a inflação foi de 7.7% ao ano. Nós achamos elevada. Mas é de 7.7% ao ano a inflação. Quando fui Ministro da Fazenda, chegou a quase 30% ao mês. Isso aí, anualizado, vai dar 3000%. Três mil para sete faz uma pequena diferença...

Dir-se-á: “Bom, mas pagou-se um preço, porque o crescimento da economia não foi o que se desejava.” Que não foi o que eu desejava é verdade; mas não foi por causa do controle da inflação: foi por outros fatores. E ainda assim, de 1993 a 2001, é só fazer os cálculos, o crescimento acumulado da economia foi de 31%. Ninguém faz cálculos quando é a favor. Trinta e um por cento. Por quê? Porque a média foi 2.7%, 3%. É baixa para o que nós queremos, mas foi contínuo o crescimento. Nos anos anteriores, nos 12 anos anteriores a 93, houve cinco anos em que houve retração. Então, você ganha 7 num ano e perde 3 no outro. Ganha 5 num ano e perde 6 no outro. Quando acumula, o acumulado não dá esse resultado, porque depois do Plano Real não houve nenhum ano com crescimento negativo do Produto. Nenhum ano. Foi pequeno, como este ano, por mil fatores, internacionais e locais, mas não negativo.

Olhem em torno. Olhem os jornais de ontem, sobre países vizinhos nossos: retração de 13 pontos negativos, retração de não sei quantos pontos negativos, em outros países.

Bom, acumulou, aqui, por havermos persistido no controle da inflação. E porque houve investimento. E o acúmulo dos anos do Real dá 31%. Será pouco? Em 8 anos, agregamos ao Produto uma terça parte de tudo o que foi agregado pela História. 30% é isso. Queríamos mais, queríamos ter dobrado. E podemos vir a dobrar. Depende de conjunturas, depende do que se consiga, no que diz respeito à capacidade do mundo de se organizar melhor, por causa das crises internacionais. Depende da nossa capacidade de administrarmos bem a dívida. Depende da nossa capacidade de controlar o gasto fiscal para que possamos, efetivamente, baixar a taxa de juros. Se fosse por decreto, eu teria baixado para zero a taxa de juros. Só que não é decreto.

Bom, é claro que, com todas essas dificuldades, o Ministro Sérgio Amaral mencionou que num dos problemas que mais nos afligem, o da balança comercial, houve uma mudança bastante grande.

No dia da posse do Ministro, eu fiz uma frase que foi “Exportar ou morrer”. Bem, não era frase de efeito. É uma necessidade imperiosa do Brasil: exportar ou morrer. O país não morre, mas a economia se sufoca. Tinha que exportar.

Vou lhes dizer com franqueza: naquela altura, tínhamos conseguido, no ano de 2001, um superávit de 2,3 ou 2,6 bilhões de dólares, 2 bilhões e 600 milhões de dólares. Estávamos vindo de muitos anos de déficit. Neste ano, chegamos, agora, a 6 bilhões e 300 milhões e vamos chegar, como disse o Ministro, a 8 bilhões e meio, pelo menos – diz ele. Bom, isso significa que houve uma mudança radical. Se formos olhar tudo o que aconteceu nos últimos quatro anos, isso significa que se virou de 20 bilhões, porque tem déficit somado de 2, de 10 e, agora, tem positivo de 2,6 mais oito. Dá mais de 10. Isso significa uma reviravolta completa no que diz respeito à nossa balança comercial.

Como isso? O Ministro disse, com razão: a desvalorização do Real ajuda, mas não resolve. Ninguém compra um produto ruim só porque é barato, no mundo de hoje. Compra quando o produto é bom e compra quando há agressividade competitiva por parte dos empresários. Essa é a nova mentalidade, que começa a aparecer no Brasil, do empresário que sabe que, para poder vender, tem que fazer o que vocês estão

fazendo agora, aqui: faz uma feira, traz gente de fora e mostra, com honestidade, com sinceridade e com franqueza, o que temos e as condições de preço e de financiamento. Isso está acontecendo no Brasil. Está acontecendo, progressivamente, uma mudança de mentalidade. Para isso, a Camex ajudou. Para isso, a Apex ajudou. Para isso, o Sebrae ajudou. Para isso, um conjunto de instituições está ajudando. Mas o fundamental: o dinamismo empresarial é a mola do desenvolvimento econômico, é a mola da capacidade de exportação do Brasil.

Não adianta imaginar que o Governo sozinho realiza, porque o Governo não é vendedor. O Governo cria uma atmosfera, o Governo cria o ambiente, o Governo faz contatos, o Governo faz acordos comerciais. Mas nada disso sai da letra morta se não houver um dinamismo empresarial, que é essa nova mentalidade, que não tem como quantificar. É o que está acontecendo no Brasil.

Nós mudamos a qualidade dos nossos empresários, dos nossos técnicos, dos nossos trabalhadores, da nossa sociedade nesses 10 anos. E fizemos isso porque foi possível haver a estabilidade e porque foi possível haver um Governo que fala com clareza, não tem medo de cara feia, diz as coisas como são e tem todas as condições para dizer com muita firmeza, porque sabe que está fazendo o melhor para o Brasil.

É claro que, se não tivesse havido essa mudança de mentalidade, não estaríamos, hoje, podendo fazer uma reunião como esta. A produção agrícola do Brasil, do início dos anos 90 para agora, quase dobrou. E a ação do Ministério e do Ministro de Agricultura tem sido extraordinária nessa matéria. Mas, de novo, não basta a ação do Ministro, não basta o apoio político do Presidente. É preciso que o produtor rural, ele próprio, tenha mudado. E, no Brasil, ele mudou. Hoje, temos um *agrobusiness* que é muito avançado. E ao lado desse *agrobusiness* avançado está uma Embrapa, que é uma empresa de pesquisa; está a mentalidade tecnológica moderna. Nós aumentamos a produtividade de maneira extraordinária no campo. Aumentamos a produtividade agrícola, sem expandir demasiado o uso da terra. Foi muito pequena a expansão de hectares cultivados. Nós dobramos a produção de grãos no Brasil, e isso está ajudando enormemente o resultado da balança comercial, não só

em termos agrícolas, mas em termos também de pecuária, onde houve uma transformação enorme, nos suínos, nos frangos e assim por diante.

E tudo isso com essa nova mentalidade, com desenvolvimento tecnológico e com cadeias produtivas que englobam não só o grande produtor, o comprador, o que tem o circuito de comercialização, mas vai até o pequeno produtor. E é por isso que é importante o acordo feito aqui, para englobar também a reforma agrária, para englobar também a produção familiar no campo. A produção familiar no campo, que nunca teve nenhum apoio, no Brasil, hoje tem o Pronaf, que se dedica a ela e que dá mais ou menos – o quê? – 3 ou 4 e meio bilhões de reais, de crédito para o pequeno agricultor familiar. Isso era zero há oito anos, zero. E o grande produtor vivia pendurado no Banco do Brasil e não pagava dívida. E todo ano uma renegociação da dívida. Hoje é outra a mentalidade. Hoje há a cédula da produção rural. Hoje nós garantimos preços. E os produtores nem usam esses preços garantidos. Nós, hoje, temos mercado futuro, temos ligações diretas com as bolsas de futuro. E hoje a produção agrícola brasileira, crescentemente, independe do recurso do Governo Federal. E o recurso do Governo Federal, crescentemente, vai ser dirigido para o pequeno e para o médio produtor, que são os que mais precisam.

Essa mudança é que tem que contar como uma mudança de qualidade no nosso país. A verdade é que, nessas mudanças todas, em termos de produtividade, houve um aumento de 62% na produtividade no campo nesses anos, nesses poucos anos de Real. E é isso que permite, realmente, que tenha havido essa transformação.

A produtividade na indústria, então, foi imensa. A produtividade da indústria por homem que produz foi extraordinária, muito grande. E é isso que define o futuro de um país e a sua capacidade de seguir investindo. E investindo com aumento de produtividade crescente. Claro, nós temos problemas imensos, temos barreiras no exterior, barreiras cada vez mais complicadas, não tarifárias, enfim, uma série enorme de dificuldades.

Mas nós estamos passando por um verdadeiro choque de competitividade. E esse choque de competitividade é o que nos assegura um

avanço maior. Isso não se faz sem que haja absorção de tecnologia, sem que haja, também, investimento externo. Nós recebemos, nos anos do Real, 150 bilhões de dólares sob a forma de investimento direto no setor produtivo. Cento e cinquenta bilhões de dólares! Quando eu fui Ministro da Fazenda, nós recebíamos um bilhão no primeiro ano, 2 no segundo ano. Agora são 150 bilhões nos anos do Real. É uma mudança qualitativa extraordinária. Claro, com todos os problemas que isso implica, porque isso implica também que o País passa a ser mais integrado na economia mundial.

E, na economia mundial, as turbulências que lhe são peculiares vão ter que ser domadas, mais cedo ou mais tarde, porque não é possível deixar que, como dizem, a exuberância irracional do mercado financeiro e a volatilidade do capital internacional limitem as nossas possibilidades de avanço. Mas sem dúvida que seria um quase-suicídio pensar em fechar a economia outra vez, em fazer valer barreiras tarifárias e fazer com que haja algum setor protegido no Brasil. Protegido para quê? Para enriquecer o dono da empresa e empobrecer o trabalhador, que vai ter que comprar o produto mais caro e de pior qualidade? Esse tipo de desenvolvimento eu não quero para o Brasil.

Eu quero um desenvolvimento sadio, um desenvolvimento sério, um desenvolvimento no qual as pessoas, realmente, tenham que competir e em que não se assegure, de antemão, ao produtor, só porque ele é local, uma vantagem que resulta, não em uma vantagem para o País, mas numa vantagem para ele. Essa mentalidade não serve, foi provada no passado e não deu certo. Não vamos recuar para aquilo que provou que não seja adequado. Na verdade, eu sei que falta muito, e falta em toda parte do mundo, quanto mais aqui.

Nós precisamos investir mais em ciência e tecnologia, embora já tenhamos feito bastante, investir mais na área de transporte, na área de infra-estrutura em geral, sobretudo na infra-estrutura energética, onde, aliás, em função até mesmo da crise, nós superamos as dificuldades e abrimos uma possibilidade de retomada de uma perspectiva mais favorável para a questão energética. Ainda esta semana, no Pará, há dois ou três dias, o Ministro de Minas e Energia declarou que ele considerava

encerrada a fase do risco do apagão, do risco de restrições de energia elétrica, mesmo no futuro, porque ele está vendo as perspectivas de desenvolvimento e porque já estamos mudando também, aí sim, as formas de levar adiante esse processo.

O fato é que nós precisamos fazer mais, mas não podemos deixar de reconhecer o que os brasileiros já fizeram. Já fizemos. Foi muito. Fizemos em ciência e tecnologia, de uma maneira acentuada. Basta ver o que recentemente nós assistimos aqui, na questão dos genes, no seqüenciamento de genes e organismos vivos. Nós hoje estamos na vanguarda e trabalhando na linha internacional.

Basta ver o que nós fizemos na parte de aeronáutica, com os aviões. Conseguimos nos apossar de tecnologias avançadas. Basta ver o que a Petrobras, do Dr. Gros, e nossa, fez em matéria de pesquisa de petróleo em águas profundas. E basta dizer que a Petrobrás, em 1994, produzia 700 mil barris de petróleo por dia, está se aproximando de 1 milhão e meio, ou seja, dobramos a produção de petróleo em oito anos. Por quê? Porque nós nos abrimos à competição, acabamos com a política se imiscuindo na empresa, acabamos com nomeações puramente políticas para beneficiar partidos e fizemos uma gestão corporativa moderna na Petrobras, que é uma empresa de todo o povo, e não de um partido, nem de um Presidente, nem da empresa, nem do País. É do povo brasileiro. Precisa competir e crescer, para avançar em benefício do povo. O resultado está aí: dobramos a produção.

E tem mais: no mês passado, nós superamos as exportações em comparação com a importação na área de petróleo. Isso é um dado de grande significado. Como se fez isso? É que temos um modelo de crescimento que se abre ao mundo, um modelo de crescimento que não tem medo de competir, um modelo de crescimento baseado na franqueza, na clareza, na transparência; e porque não utilizamos recursos públicos para mal gastar, para beneficiar setores privados, por mais poderosos que eles sejam, e insistimos num ambiente de competição e não aceitamos um falso nacionalismo, que leva o País para trás. O nosso é o nacionalismo de um país que quer ser grande para o seu povo, e não grande para alguns aproveitadores de *slogans* se beneficiarem,

sem que haja uma contrapartida de um desenvolvimento realmente sério da economia nacional.

Essa é a nova mentalidade. E, nessa nova mentalidade, por certo, não poderíamos deixar de ter, como assistimos agora, aqui, esse mutirão de várias instituições, privadas e públicas, em benefício de um maior crédito, de formação de pessoal, em benefício da possibilidade de geração de novos empregos, de mais empregos, em benefício da continuidade do Brasil no caminho da modernização.

Estamos num momento decisivo para o Brasil e para o mundo. O mundo está tomando um rumo apreensivo, tanto por causa da volatilidade dos capitais quanto pelas razões de ordem política e de ordem militar. O Brasil precisa ter força própria. E força própria é a capacidade de discernir, de escolher. Mas não pode ser a capacidade de olhar para o passado só. O passado nos inspira para que possamos guardar o que dele foi bom e corrigir o que dele foi ruim. Mas ele não pode ser um peso para impedir que o Brasil enfrente os desafios do mundo atual. E os desafios do mundo atual, dos países emergentes, não é eles se fecharem ao mundo e buscarem uma volta ao que foi, nos anos 60, um terceiro-mundismo que não tem mais condições de existir, senão que tem que ser a condição deste país de avançar crescentemente na direção de uma economia mais dinâmica, mais integrada, mais moderna, mais democrática, com maior distribuição de renda, mais participativa, mais aberta.

E isso não se faz senão com muita coragem e competência. A ignorância é a mãe da pobreza. Não é possível avançar sem competência. Não é possível avançar sem que se tenha a coragem de dizer as coisas como elas são. Não é possível avançar sem que haja uma espécie de grande mutirão nacional em favor do desenvolvimento, em favor de uma responsabilidade social baseada em valores atuais. Não é possível que se faça isso sem que haja realmente este sentido que vejo aqui, simbolizado nesse encontro da Abras, com um sentido muito positivo.

E é por isso, Senhor Presidente, que eu, como Presidente da República, pela terceira vez, venho aqui, porque vejo que vocês fazem parte da vanguarda de um Brasil melhor, de um Brasil que quer realmente ser bom, não para poucos, mas para todos os brasileiros.

Eu o parabenizo. E, ao parabenizá-lo, agradeço a todos a presença e faço votos de que continuem avançando, sobretudo com essa nova feira, que vai ser feita agora com os circuitos internacionais, e exportem o mais que puderem, para o benefício do nosso povo, com qualidade, com competitividade e com vontade de fazer deste Brasil o que ele merece ser: um grande país.

Muito obrigado.